SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS EDITORA CLAEC

SCIENTIA GLOBAL EDITIONS: CLAEC e-BOOKS CAPÍTULO DE LIVRO

PUBLICAÇÃO ANTECIPADA

Cidade criativa para quem? Hip-hop, contradições urbanas e produção cultural em Florianópolis

¿Ciudad creativa para quién? Hip-hop, contradicciones urbanas y producción cultural en Florianópolis

Alice Hübner Franz[1], Eloise Helena Livramento Dellagnelo[2]

[1] Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, Brasil · ROR: https://ror.org/01vxwy461 · autoria correspondente: alicefranz1@gmail.com

[2] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil · ROR: https://ror.org/041akq887

ESTE CAPÍTULO		OBRA EM PREPARAÇÃO	
DOI	https://doi.org/10.56365/sdy34085	Título	A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais
Recebido em	12/11/2026	Organização	Muryel Moura dos Santos; Jesus Marmanillo Pereira; Gessyelle Catarine da Silva
Aceito em	14/11/2026	ISBN	-
Publicado online	23/11/2026	DOI da obra	https://doi.org/10.56365/k4xtb027
Versão	v1	Previsão	2026
Idiomas	Português - Espanhol	Avaliação	06/11/2026
Licença	CC BY 4.0	Pareceristas	Organização da obra

Bloco preenchido pela equipe editorial. Não escreva nesta área.

COMO CITAR

AGORA	Franz, A. H., & Dellagnelo, E. H. L. (2026). Cidade criativa para quem? Hip-hop, contradições urbanas e produção cultural em Florianópolis. In M. M. dos Santos, J. M. Pereira, & G. C. da Silva (Orgs.), A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais - publicação antecipada. Scientia International Press; Editora CLAEC. https://doi.org/10.56365/sdy34085
DEPOIS	*A referência recebe o título definitivo da obra, o ISBN e o intervalo de páginas quando o livro completo for publicado. O DOI e a data de publicação antecipada não mudam.*

Resumo

Este capítulo analisa a trajetória do movimento hip-hop em Florianópolis e suas relações com o espaço urbano, compreendendo suas práticas culturais como formas de resistência ao discurso hegemônico da cidade criativa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas, análise documental e observação participante. Os resultados evidenciam conflitos e tensões decorrentes de um modelo de desenvolvimento urbano orientado pela ideia de cidade criativa. Argumenta-se que, embora esse discurso seja sustentado por promessas de benefícios sociais e econômicos, ele também produz limites e exclusões. Nesse processo, determinadas práticas e narrativas culturais são naturalizadas e legitimadas, enquanto outras são marginalizadas ou reprimidas. Tal dinâmica contribui para a reprodução de desigualdades sociais e espaciais e para a exclusão de grupos que não se alinham ao ideal dominante de criatividade. Nesse contexto, o hip-hop constitui uma prática de resistência, mobilizando estratégias de visibilidade, reconhecimento e reivindicação do direito à cidade.

Palavras-chave: cidade criativa, hip-hop, espaço urbano, economia criativa, resistência

Resumen

Este capítulo analiza la trayectoria del movimiento hip-hop en Florianópolis y sus relaciones con el espacio urbano, entendiendo sus prácticas culturales como formas de resistencia al discurso hegemónico de la ciudad creativa. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en entrevistas, análisis documental y observación participante. Los resultados evidencian conflictos y tensiones derivados de un modelo de desarrollo urbano orientado por la idea de ciudad creativa. Se argumenta que, aunque este discurso se sostiene en promesas de beneficios sociales y económicos, también produce límites y exclusiones. En este proceso, determinadas prácticas y narrativas culturales se naturalizan y legitiman, mientras que otras se marginan o reprimen. Esta dinámica contribuye a reproducir desigualdades sociales y espaciales y a excluir a grupos que no se alinean con el ideal dominante de creatividad. En este contexto, el hip-hop constituye una práctica de resistencia, que moviliza estrategias de visibilidad, reconocimiento y reivindicación del derecho a la ciudad.

Palabras clave: ciudad creativa, hip-hop, espacio urbano, economía creativa, resistencia

Introdução

Nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, a temática das cidades criativas tem estado em evidência, figurando nos mais distintos discursos políticos a partir de iniciativas governamentais, ganhando força no campo das políticas urbanas e culturais e sendo promovida como um modelo ideal de desenvolvimento econômico e social nos mais diferentes contextos (Landry, 2000; Florida, 2005; Florida, 2012). Amparado em noções amplamente difundidas, como inovação, diversidade e vitalidade cultural (Florida, 2005; Florida, 2012), o discurso das cidades criativas vem sendo apropriado por gestores públicos como solução aparentemente eficaz para lidar com os efeitos da desindustrialização e com a pressão por reposicionar economicamente os centros urbanos no cenário contemporâneo (Reis, 2012).

No entanto, embora sustentado por justificativas relacionadas a diferentes benefícios sociais e econômicos, como geração de emprego e renda e fomento à inovação, esse modelo também apresenta contradições. Isso porque, enquanto determinadas práticas e narrativas são naturalizadas e passam a ocupar posições de referência, especialmente aquelas associadas à inovação e à tecnologia, outras possibilidades acabam sendo reprimidas, reforçando desigualdades sociais e espaciais e a exclusão de grupos e manifestações culturais que não se alinham ao ideal dominante de criatividade.

No contexto de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, esse modelo vem se consolidando por meio de narrativas que moldam as representações da cidade. De "Ilha da Magia" a "Ilha do Silício", Florianópolis foi recebendo diferentes denominações que, articuladas a estratégias discursivas, construíram formas particulares de representar o município, sobretudo a partir do fomento às atividades turísticas como estratégia de

desenvolvimento (Lenzi; Gonçalves; Andrade Neto, 2023). A partir dos anos 2000, observa-se também um redirecionamento em direção à economia criativa, fortalecido pela expansão do polo tecnológico e pelo reconhecimento de Florianópolis como Cidade Criativa da Unesco. Com isso, a criatividade como motor do desenvolvimento econômico ganhou expressividade nos discursos políticos, econômicos e acadêmicos. Contudo, por trás dessa retórica, existem dinâmicas sociais que revelam conflitos e disputas. A representação hegemônica da cidade criativa encontra seus limites ao entrar em confronto com outras formas de viver, produzir e ocupar o espaço urbano, especialmente aquelas protagonizadas por grupos historicamente marginalizados. Nesse cenário, a cultura hip-hop constitui uma forma de resistência, evidenciando as contradições desse projeto e afirmando outras possibilidades de pertencimento, ocupação e organização coletiva.

Tendo isso em vista, o presente capítulo toma como referência a trajetória do movimento cultural hip-hop em Florianópolis para discutir como suas práticas tensionam o discurso da cidade criativa e reivindicam o direito à cultura e à cidade. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, fundamentada em entrevistas, observação participante e análise documental. Ao examinar a trajetória dessa manifestação cultural no município, buscou-se compreender como suas práticas evidenciam os limites do projeto de cidade criativa que vem sendo construído em Florianópolis.

Dito isso, além desta introdução, o capítulo está organizado em duas seções analíticas e nas considerações finais. A primeira seção discute a construção das representações de Florianópolis como cidade criativa, destacando as contradições e os processos de exclusão associados a esse projeto de desenvolvimento urbano. A segunda aborda a trajetória do movimento hip-hop no município, evidenciando suas formas de organização e de ocupação dos espaços públicos e os conflitos decorrentes de suas manifestações culturais. Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais discussões, destacando o hip-hop como prática de resistência e as contradições presentes no projeto hegemônico de cidade criativa.

A cidade de Florianópolis e suas representações: a Ilha da Magia e seus limites

A ampla difusão da noção de economia criativa nas últimas décadas, advinda principalmente de iniciativas precursoras em contextos como a Austrália e o Reino Unido, não ocorreu de forma isolada, mas articulada a um conjunto de conceitos e práticas que vêm moldando a maneira como diferentes cidades pensam seu desenvolvimento. Um desses conceitos é justamente o de cidade criativa, cujo desenvolvimento e difusão frequentemente associam o desenvolvimento urbano à valorização da cultura, da tecnologia e da inovação, articuladas a partir da noção de "criatividade".

No entanto, esse modelo, embora revestido de uma aparência democrática e inclusiva, tal como pode ser visto nos escritos de Richard Florida (2005; 2012), um dos entusiastas das cidades e classes criativas, acaba, em muitos casos, associado a processos de gentrificação urbana, acentuando processos de exclusão e aprofundando desigualdades socioespaciais (Szaniecki, 2016; Bennett, 2020; Jocić, 2020). No contexto brasileiro não tem sido diferente. A utilização desse discurso em cidades brasileiras tem sido também marcada por contradições (Sánchez, 1999; Szaniecki, 2016; Franz; Dellagnelo, 2024), especialmente quando articulado a um imaginário urbano que valoriza determinados modos de viver, consumir e produzir cultura, ao mesmo tempo em que invisibiliza e marginaliza práticas culturais oriundas das periferias.

Na cidade de Florianópolis, diferentes iniciativas demonstram o esforço de atores locais, públicos e privados, sobretudo daqueles vinculados a interesses econômicos, em associar o município a um polo de economia criativa. Esse processo contribui para a consolidação de um campo discursivo hegemônico em torno da ideia de Florianópolis como cidade criativa. Tais iniciativas envolvem ações e práticas desempenhadas por diferentes sujeitos políticos, orientadas à construção de um projeto de cidade e à afirmação de determinados sentidos para a economia criativa. Como resultado, algumas ideias, valores e interesses são promovidos, enquanto outros são marginalizados ou excluídos. Edifica-se, portanto, uma representação particular do município (Lenzi; Gonçalves; Andrade Neto, 2023), que delimita quem pode ocupar os espaços urbanos e ser reconhecido como legítimo na vida cultural da cidade.

Cabe destacar que, historicamente, o espaço urbano de Florianópolis foi sendo construído com base em um projeto segregacionista específico (Coto, 2018). Esse projeto destaca uma representação específica da cidade, enfatizando sua imagem de cidade turística, com alto índice de qualidade de vida, criativa e "Ilha da Magia". Essa imagem, por sua vez, acentua ideias acerca de uma cidade livre de pobreza, com população predominantemente branca, baixos índices de violência e ótimo padrão de vida, conforme salientado por Coto (2018). Nesse processo, desde as décadas de 1940 e 1950, com o avanço da urbanização, as populações negras e pobres de Florianópolis foram sendo sistematicamente deslocadas para as periferias, ocupando as áreas menos valorizadas do território, como as encostas dos morros e, mais recentemente, as zonas afastadas da parte continental da cidade (Ianni, 1972).

Atualmente, o projeto de construção de uma cidade criativa que tem se consolidado em Florianópolis revela uma construção discursiva que prioriza aspectos como a importância da inovação tecnológica e das empresas de alta tecnologia, a influência das iniciativas privadas e das parcerias público-privadas e o foco em transformar a cidade em um polo de criatividade, referência na área tecnológica. Além disso, percebe-se, em conjunto, um esforço de manter a

vocação turística da cidade ao valorizar também a gastronomia como potencial criativo. A valorização de aspectos relacionados à gastronomia local auxilia na construção e na promoção de uma imagem da cidade como destino turístico atraente. Nesse sentido, o projeto político hegemônico de desenvolvimento da economia criativa em Florianópolis procura preservar e revitalizar o desenho urbanístico e econômico da cidade a partir da valorização do seu potencial criativo, como forma de atrair cada vez mais investimentos, classes e empresas que agreguem alto valor econômico, dinamizando a atividade empresarial e a geração de emprego e renda (Weiler, 2017). Predomina, assim, uma racionalidade econômica, "caracterizada pelo incentivo à redução de custos e ao aumento do retorno econômico e financeiro das cidades" (Santos; Mello, 2021, p. 1303).

Além disso, percebe-se que, atrelada à estratégia de desenvolvimento baseada na cidade criativa, está a busca por atrair, conforme ressaltam Andrade Neto e Pereira (2021), um determinado perfil de moradores e visitantes, com renda mais elevada e, consequentemente, maior poder aquisitivo. Isso fica mais evidente quando são exaltadas ideias como: Florianópolis sinônimo de qualidade, líder na economia do conhecimento, que une empreendedorismo, talento e criatividade, referência em inovação, moderna e que busca atrair gente jovem e empreendedora.

Outro aspecto refere-se à necessidade de imprimir uma identidade social ao espaço, no caso, a marca social de Florianópolis como cidade criativa. Essa marca acaba construindo uma determinada distinção social, um capital simbólico que se dá, inclusive, com o aval da Unesco, quando Florianópolis, em 2014, recebe o título de Cidade Criativa da Gastronomia. Tal distinção torna-se útil como ativo para agregar valor aos investimentos na cidade e como instrumento de marketing e de poder simbólico (Leitão, 2023). Tornando-se criativa, difunde-se a ideia de que Florianópolis é também mais atrativa, inovadora e produtiva, o que torna a cidade mais convidativa para receber moradores, empresas e turistas.

Importa notar também, nas iniciativas em torno da construção de uma cidade criativa em Florianópolis, o uso frequente de palavras que remetem à ideia de consenso, como "união de esforços", "construído de forma coletiva", "unir forças", "colaboração" e "aliança". Tais palavras possuem um efeito despolitizador e neutralizador, na medida em que passam a ideia de que as iniciativas foram construídas e legitimadas coletivamente e de forma consensual. A utilização dessa pretensa universalidade para legitimar interesses (Andrade Neto; Pereira, 2021), conquistar engajamento e afastar possíveis resistências resulta em uma estabilidade discursiva que, longe de ser neutra, cria condições favoráveis para promover uma visão particular de cidade criativa, voltada a atender aos interesses e objetivos de grupos sociais dominantes, enquanto outros acabam marginalizados.

Diante disso, alguns setores da economia criativa acabam sendo priorizados, como aqueles que envolvem o uso de tecnologia e inovação, o turismo e a gastronomia. Isso implica atender, em maior grau, às demandas desses setores, enquanto outros setores criativos que não estão alinhados à narrativa dominante da economia criativa, como os relacionados à cultura, acabam subestimados ou negligenciados, reforçando disparidades e criando uma hierarquia em termos de investimentos e valorização social.

Nesse sentido, a construção do projeto político hegemônico de desenvolvimento da economia criativa acaba privilegiando iniciativas e setores criativos com maior alinhamento à lógica econômica de mercado, sendo que as possibilidades deixadas de lado incluem formas de manifestação cultural e práticas econômicas que não se enquadram nos moldes dessa lógica dominante. Isso porque a construção de um projeto político hegemônico em torno da economia criativa na cidade implica também um processo de regulação de pessoas, sem, contudo, reduzir o fluxo de capital em circulação (seja por meio de investimentos públicos e privados, especulação imobiliária, recursos que advêm do turismo etc.) (Szaniecki, 2016). Nesse sentido, a busca por edificar uma Florianópolis criativa, cuja estratégia de desenvolvimento se ancora no fomento à economia criativa, pode levar, em contrapartida, como aponta Szaniecki (2016), à pacificação, tanto policial quanto cultural, e à gentrificação das classes e das manifestações artísticas e culturais populares e de rua nas áreas mais valorizadas da cidade, como o centro. Como destaca Szaniecki (2016, p. 15), "para que [a cidade] seja habitável e funcional segundo os modelos das classes média e alta, nacionais e internacionais, pacifica-se e gentrifica-se".

Nesse contexto, encontram-se excluídos interesses, valores e atitudes defendidos por alguns grupos criativos do campo cultural, especialmente aqueles que carregam denúncias, resistência e modos de vida alternativos, como é o caso do movimento hip-hop da cidade. Apesar de fazer parte do tecido urbano, esses grupos não estão representados no discurso da cidade criativa hegemonicamente defendido.

Hip-hop em Florianópolis: fazer coletivo e disputas urbanas

Do rap de improviso nas batalhas de rima aos graffitis expressos nos muros da cidade, o hip-hop construiu, ao longo dos anos, sua história na cena cultural de Florianópolis, afirmando e disputando espaço em uma cidade marcada por contradições.

Ao longo da história do desenvolvimento de Florianópolis, conforme salienta Nogueira (2018), observa-se uma tentativa sistemática de apagamento da existência e da contribuição da população negra na cidade. Isso pode ser vislumbrado a partir dos processos que a autora denomina "gentrificação embranquecedora", pelos quais diferentes territórios habitados pela população negra foram transformados, tendo suas características e identidade gradualmente

apagadas ou substituídas por uma identidade predominantemente branca (Nogueira, 2018). Como consequência, outros territórios são construídos, ocupados e disputados no município, nos quais marcadores culturais, políticos e simbólicos negros se fazem presentes. Uma das formas de demarcar esses territórios é justamente por meio das expressões artísticas e culturais. Nesse contexto, o hip-hop surge como uma expressão significativa de resistência e afirmação da identidade negra em Florianópolis (Nogueira, 2018), permitindo compreender a própria cidade, as diversas coletividades que a habitam e os diferentes usos que fazem dela (Souza, 2016).

Especificamente em Florianópolis, o hip-hop surge a partir do final dos anos 1980, sobretudo por meio do rap (Souza, 1998), e atualmente encontra-se difundido na cidade, com a presença de grafiteiros, MCs, DJs e praticantes de breaking. A região continental foi central para seu desenvolvimento, sendo o bairro Monte Cristo considerado um dos pioneiros, sobretudo no surgimento do rap na cidade. O bairro também apresenta uma das maiores proporções de população autodeclarada preta ou parda de Florianópolis e é considerado por Nogueira (2018) um território negro, dadas suas dimensões socioespaciais. Mesmo que a cena do hip-hop ainda esteja em desenvolvimento quando comparada à de outras grandes capitais brasileiras, percebe-se uma busca por ocupar espaços e marcar a presença do movimento no cotidiano da cidade.

Desde o início, o rap em Florianópolis demonstra seu caráter denunciativo, retratando em suas músicas a realidade social vivida, especialmente as desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais. Como consequência dessa politização, a cidade passou a ser significada nas músicas de forma distinta daquela frequentemente proclamada pela mídia ou pelas propagandas governamentais da "Ilha da Magia". Trata-se de uma produção que traz uma reflexão acerca do lugar de onde se fala e que se ocupa na cidade, considerando atravessamentos identitários relacionados à juventude, ao gênero, à raça e ao pertencimento periférico (Souza, 2009).

A partir do final dos anos 2000, observa-se a ampliação do movimento hip-hop em Florianópolis e a intensificação dos deslocamentos entre periferia e centro (Souza, 2009). Esse processo, associado ao crescimento populacional do município, contribuiu para que a manifestação cultural ultrapassasse os territórios periféricos e passasse a ocupar diferentes localidades da cidade, ampliando os espaços de atuação e diversificando suas expressões.

Duas décadas após o surgimento do hip-hop em Florianópolis, uma nova geração do rap passou a fomentar a cultura das batalhas de rima por meio da ocupação dos espaços públicos. Essas manifestações assumiram importante papel na manutenção e na atualização da cultura, articulando, além do rap, outros elementos do hip-hop, como o breaking, o graffiti, a poesia e os slams. Sua expansão por diferentes localidades atraiu novos frequentadores e

adeptos, ampliando a visibilidade do movimento e fortalecendo uma identidade coletiva particular, que funciona tanto como símbolo de pertencimento quanto como demarcador de diferenças em relação a outros grupos (Souza, 2009).

Ao ocupar os espaços públicos para suas manifestações culturais e de lazer, o movimento também os transforma, redefinindo a forma como são percebidos, utilizados e vivenciados. À medida que diferentes sujeitos se apropriam desses espaços e são legitimados por seus pares, o território se transforma, refletindo relações de poder que emergem na dinâmica do município (Nogueira, 2018).

Essa expansão ocorre em paralelo ao desenvolvimento de um projeto que direciona as estratégias de desenvolvimento da cidade para a economia criativa. Esse projeto produz uma representação de Florianópolis que invisibiliza determinados grupos, especialmente aqueles que desafiam a ordem social estabelecida, como o movimento hip-hop (Souza, 2009).

Em Florianópolis, uma das manifestações do movimento hip-hop que mais sofreram repressão nos últimos anos foram as batalhas de rima e seus frequentadores, sobretudo por parte da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Em 2014, por exemplo, a Batalha da Alfândega, que ocorria no Largo da Alfândega, no centro da cidade, chegou a ser proibida, sendo posteriormente retomada. Tais abordagens evidenciam, por um lado, tensões provocadas pelo racismo estrutural e, por outro, o poder que as batalhas possuem ao provocar tensionamentos e ressignificar a ocupação de espaços públicos em Florianópolis (Fernandes, 2019).

Em 2017, novos episódios de enfrentamento foram registrados no âmbito das batalhas que ocorriam no centro da cidade (batalhas da Alfândega e das Mina), sendo exigida, por parte da Guarda Municipal, autorização para a ocupação do espaço público. Em 2019, novos episódios de repressão foram registrados e denunciados pela mídia local no âmbito da Batalha das Mina, no centro da cidade. A justificativa das abordagens segue relacionada à perturbação sonora e à exigência de autorização para a realização da atividade cultural.

Os conflitos também alcançaram o graffiti, sobretudo quando manifestado por meio da pichação. Em 2014, no mesmo período da expulsão da Batalha da Alfândega do largo, um grupo foi condenado por crime ambiental após realizar intervenções em muros, viadutos e marquises da cidade com a mensagem "cidade à venda" (Abreu, 2022). Apesar de atualmente haver maior abertura para o graffiti, principalmente quando sua manifestação estética está institucionalizada, ainda existe controle sobre o conteúdo produzido. Como relata um dos entrevistados:

> [...] eu acho que a gente tá vivendo um momento bom, mas um momento de muito controle. Tem muita gente controlando o que é pra ser feito [...] aqui em Floripa [...] não dão espaço pra tu fazer uma letra (Mestre do Spray).

A fala evidencia que, mesmo quando autorizado, existe um controle estético sobre a produção, orientado pelo embelezamento dos espaços. Paralelamente, intensificou-se a repressão ao graffiti realizado sem autorização, especialmente quando associado ao protesto e à ação política. Em 2017, por exemplo, o jornal ND+ destacava a diferenciação entre graffiti e pichação, associando o primeiro à valorização dos espaços e a segunda à perturbação de comerciantes, empresários e população.

Nesse mesmo ano, o Projeto de Lei nº 17.213/2017 propôs instituir uma lei de combate à pichação em Florianópolis, caracterizando essas manifestações como "desleixo, sujeira e poluição visual" e associando-as à perda da memória e da história da cidade (Florianópolis, 2017).

A pichação é frequentemente associada ao vandalismo, ao crime, à sujeira e à poluição visual, enquanto o graffiti autorizado passa a ser reconhecido como arte, associado ao embelezamento e à valorização dos espaços. Dessa forma, manifestações espontâneas e insubordinadas que escapam ao padrão social idealizado e ao controle institucional tendem a adquirir uma conotação negativa e a ser criminalizadas. Em contrapartida, aquelas previamente autorizadas e submetidas a determinado controle estético tendem a ser legitimadas.

A discussão sobre o combate à pichação reapareceu em 2022, com a criação de uma Frente Parlamentar de Combate às Pichações na Câmara de Vereadores. Na ocasião, as manifestações foram novamente associadas à degradação do patrimônio e à perda da beleza arquitetônica da cidade (Câmara Municipal de Florianópolis, 2022). Segundo o comandante da Polícia Militar presente na reunião, a "arte" seria bem-vinda por colaborar com a dinâmica do espaço público, enquanto as pichações "depredam" e deixam a cidade "suja" e "prejudicada" (Câmara Municipal de Florianópolis, 2022).

As falas evidenciam uma concepção limitada de arte urbana, que desconsidera o valor social e cultural de expressões como a pichação ao associá-las ao vandalismo. Além disso, enfatizam questões estéticas, turísticas e patrimoniais, deixando em segundo plano questões como a desigualdade de oportunidades e a ausência de espaços para a expressão artística.

Mais recentemente, em 2023, a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão nas residências de artistas de graffiti da cidade, confiscando computadores, celulares, sprays e anotações. Segundo matéria divulgada na época, a prefeitura vinha enfatizando o controle das pichações, principalmente em áreas que recebiam investimentos de revitalização, como o Centro Leste, Canasvieiras e Ingleses (NDmais, 2023). O secretário de Segurança Pública

afirmou que as ações buscavam "reprimir condutas que comprometem a qualidade do espaço público e a qualidade de vida na cidade", como vandalismo, depredação e pichação (NDmais, 2023).

Percebe-se que, em torno dessas ações, tanto das que visam combater as pichações quanto das que buscam inibir as manifestações culturais em torno das batalhas de rima, existe uma disputa em relação a um projeto de cidade, sobretudo no sentido de adequar o ambiente urbano a um projeto hegemônico requerido, no caso deste estudo, o de Florianópolis como cidade criativa. Conforme salienta Mould (2015), qualquer forma de reutilização ou apropriação do ambiente urbano que fuja do ambiente construído e idealizado precisa passar pela validação das forças da governança urbana hegemônica.

Considerações finais

Partindo da trajetória do movimento hip-hop em Florianópolis, o presente capítulo buscou discutir os tensionamentos provocados pelo movimento em relação ao discurso da economia criativa, ao mesmo tempo em que o movimento busca afirmar o direito à cultura e à cidade. Nesse contexto, a construção de um projeto de cidade criativa pautado no fomento à economia criativa perpassa a regulação e o controle de atividades que, do ponto de vista capitalista, não são lucrativas ou não geram recompensas financeiras diretas ou indiretas (Mould, 2015). Em Florianópolis, essa regulação manifesta-se na marginalização e na busca pela proibição ou restrição dessas atividades, tendo como justificativa, principalmente, pressupostos legais.

As atividades submetidas a esse controle são justamente aquelas que ocorrem de forma menos previsível: manifestações orgânicas, autônomas e espontâneas, historicamente marcadas pelo caráter crítico e contestatório. Ao ocupar espaços de interesse do poder público e da hegemonia empresarial local, como o Centro Leste, essas práticas tensionam os usos e os sentidos atribuídos ao espaço urbano.

Enquanto são direcionados recursos para revitalizar espaços e regiões, impulsionar a indústria tecnológica e construir distritos criativos, outras formas de expressão da economia criativa que não se enquadram nesse ideal de cidade acabam marginalizadas ou proibidas. À medida que se promove uma identidade específica, como a de "Florianópolis Criativa", estabelece-se também uma distinção entre aqueles que se enquadram nesse ideal e aqueles que dele se afastam (Mouffe, 2013). Produzem-se, assim, antagonismos (Laclau; Mouffe, 2015) entre os considerados "criativos", associados ao desenvolvimento e à melhoria da cidade, e os "não criativos", frequentemente relacionados a problemas como vandalismo, descaracterização urbana e perturbação.

Nesse contexto, as manifestações do movimento hip-hop em Florianópolis não representam apenas espaços de lazer, sociabilidade e expressão cultural e artística, mas constituem também formas de afirmação identitária e de produção de vozes e vontades coletivas alternativas. Ao buscar hegemonizar um projeto específico de cidade e de desenvolvimento urbano, restringem-se formas alternativas de ocupação do espaço público, produzindo dissensos. Como argumenta Mouffe (2013), os espaços públicos são plurais e constituem campos de disputa entre diferentes projetos hegemônicos.

Em contraste com o discurso hegemônico da cidade criativa, o hip-hop em Florianópolis emerge, portanto, como prática cultural de resistência, produzida majoritariamente por sujeitos oriundos das periferias urbanas. Expressão de um fazer coletivo que articula arte, denúncia e pertencimento, o movimento ocupa a cidade e busca reconfigurar os sentidos de espaço, cultura e cidadania. Em uma cidade marcada pela branquitude e pela tentativa de apagamento das populações negras (Coto, 2018), o hip-hop reivindica visibilidade e reconhecimento. Ao ocupar muros, praças e palcos com corpos, vozes e cores que desafiam a ordem estética e social dominante, revela as contradições de um projeto urbano que se afirma criativo, mas que acaba por limitar a criatividade daqueles que não se enquadram no padrão esperado.

Declarações

Financiamento. Não informado no manuscrito.

Conflitos de interesse. Não informados no manuscrito.

Ética em pesquisa. Não informada no manuscrito.

Uso de inteligência artificial. Não informado no manuscrito.

Disponibilidade de dados. As fontes documentais estão indicadas nas referências. As entrevistas permanecem com as autoras.

Contribuição das autorias. Não informada no manuscrito.

Referências

ABREU, M. S. O conflito entre apropriação e dominação nas batalhas de rap em Florianópolis (SC). *Revista RUA*, Campinas, v. 28, n. 2, 2022.

ANDRADE NETO, G. P.; PEREIRA, E. M. Capital e crescimento urbano em Florianópolis: atores e conteúdo de um pensamento estruturado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021, online. *Anais* [...]. Campina Grande: Realize, 2021.

BENNETT, T. The justification of a music city: handbooks, intermediaries and value disputes in a global policy assemblage. *City, Culture and Society*, v. 22, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Frente parlamentar de combate às pichações realiza primeira reunião*. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/Noticias/19/2024/4691. Acesso em: 25 set. 2024.

COTO, G. C. *Nem recatadas e nem "do lar", mas belas lutadoras*: batalha das mina e a luta contra as opressões da vida cotidiana. 2018. 293 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DESACATO. *Repressão nas batalhas de rap de Florianópolis*. 2 set. 2017. Disponível em: https://desacato.info/repressao-nas-batalhas-de-rap-de-florianopolis/. Acesso em: 15 jul. 2024.

FERNANDES, A. *"Nascido numa ilha em que sou realidade"*: racismo e resistência no uso do espaço público em Florianópolis: o caso da Batalha da Alfândega. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. *Projeto de Lei nº 17.213/2017*. Institui no município de Florianópolis a lei de combate à pichação e dá outras providências. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-Ordinarias/0/78/0/56367. Acesso em: 17 abr. 2024.

FLORIDA, R. *The flight of the creative class*. New York: Harper Business, 2005.

FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. New York: Basic Books, 2012.

FRANZ, A. H.; DELLAGNELO, E. H. L. Transformando Florianópolis em uma cidade criativa de fato: articulações discursivas em torno da rede de economia criativa na cidade de Florianópolis. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, p. 37-56, 2024.

FRECHETTE, A. Autonomous articulations of creative practices and resources management in art production and exhibition in Rio de Janeiro. *Brazilian Journal of Operations & Production Management*, v. 15, n. 3, p. 396-404, 2018.

GUIMARÃES, P. Batalha das Mina há três anos na resistência à repressão em Florianópolis. *Catarinas*, 23 dez. 2019. Disponível em: https://catarinas.info/batalha-das-mina-ha-tres-anos-na-resistencia-a-repressao-em-florianopolis/. Acesso em: 17 abr. 2024.

HESMONDHALGH, D. *et al*. Were New Labour's cultural policies neoliberal? *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 1, p. 97-114, 2014.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

JOCIĆ, N. Culture-led urban development vs. capital-led colonization of urban space: Savamala, end of story? *Urban Science*, v. 4, n. 3, 2020.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista*: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANDRY, C. *The creative city*: a toolkit for urban innovators. London: Comedia: Earthscan, 2000.

LEITÃO, C. *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede*: contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: Itaú Cultural: WMF Martins Fontes, 2023.

LENZI, M. H.; GONÇALVES, T. C.; ANDRADE NETO, G. P. de. De "sol e mar" a "Ilha do Silício": narrativas midiáticas na promoção de Florianópolis (1975-2020). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 25, 2023.

MOUFFE, C. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 27, 2013.

MOULD, O. *Urban subversion and the creative city*. London; New York: Routledge, 2015.

NDMAIS. Florianópolis fecha o cerco contra pichadores, cumprindo mandados de busca e apreensão. *ND+*, Florianópolis, 6 mar. 2023. Disponível em: https://ndmais.com.br/seguranca/florianopolis-fecha-o-cerco-contra-pichadores-cumprindo-mandados-de-busca-e-apreensao/. Acesso em: 17 abr. 2024.

NOGUEIRA, A. M. R. *Territórios negros em Florianópolis*. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

REIS, A. C. F. *Cidades criativas*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 115, 1999.

SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. de. Por um "Recife possível": a utopia social contra-hegemônica do movimento Direitos Urbanos. *Revista de Direito da Cidade*, v. 13, n. 3, p. 1292-1326, 2021.

SOUZA, A. M. *A caminhada é longa... e o chão tá liso*: o movimento hip hop em Florianópolis e Lisboa. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2016.

SOUZA, A. M. Deslocamentos na cidade: o movimento hip hop nos/dos bairros de Florianópolis. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 43, n. 2, p. 549-562, 2009.

SOUZA, A. M. *O movimento do rap em Florianópolis*: a ilha da magia é só da ponte pra lá! 1998. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SZANIECKI, B. Criatividade, conflito e direito à cidade num Rio de Janeiro espetacularizado. *Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 8-26, maio/ago. 2016.

WEILER, F. F. B. A criatividade e a cultura como elementos do desenvolvimento urbano. *Baru*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 258-269, 2017.